

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO EXECUTIVA

08/02/2019

ASSUNTO: APROVAÇÃO DOS QUANTITATIVOS DA TAXA DE ESTACIONAMENTO A APLICAR NOS PARQUES DE ESTACIONAMENTO E NAS ZONAS DEDICADAS À LARGADA E TOMADA DE UTENTES NOS AEROPORTOS DA ANA, SA EM 2019

DOCUMENTOS BÁSICOS: 677763/DCNA e respetivos anexos

DIVULGAÇÃO: DCNA; GJC

1- Em 11 de janeiro de 2019, foi proferido o sentido provável da deliberação sobre o assunto referenciado e em epígrafe com o seguinte teor:

“Considerando que:

- a) *À ANA, SA, enquanto concessionária do serviço público aeroportuário de apoio à aviação civil e entidade gestora das infraestruturas aeroportuárias está cometida, entre outras, a gestão dos parques de estacionamento e das zonas dedicadas à largada e tomada de utentes nos aeroportos da ANA, SA;*
- b) *Como contrapartida pela disponibilização e manutenção destas zonas do domínio público aeroportuário para paragem e estacionamento de viaturas, a ANA, SA detém, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 254/99, de 28 de novembro e da alínea b) da cláusula 31.1. do contrato de concessão celebrado entre a ANA, SA e o Estado Português, o poder e a prerrogativa do concedente para cobrar a respetiva taxa, a saber a taxa de estacionamento, prevista no artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 254/2012, de 28 de novembro;*
- c) *O acentuado crescimento de atividades em todos os aeroportos da rede ANA, desde o transporte aéreo, a atividades comerciais, tem provocado um aumento da utilização dos parques de estacionamento existentes nas infraestruturas aeroportuárias, cabendo à entidade gestora cobrar a taxa de estacionamento que corresponda a uma justa utilização do domínio público aeroportuário;*
- d) *A par dos parques de estacionamento, também as zonas dedicadas à largada e tomada de utentes, que têm uma natureza e uso próprios que não se confundem com aqueles, desde logo, pelo facto de se localizarem em áreas adjacentes aos terminais de passageiros nas quais é especialmente necessário assegurar o rápido acesso e escoamento do público em geral, têm vindo a ter uma utilização bastante intensiva;*

A Comissão Executiva delibera aprovar os quantitativos da taxa de estacionamento a aplicar em 2019, nos parques de estacionamento e nas zonas dedicadas à largada e tomada de utentes, existentes nos aeroportos da ANA, SA conforme documentos anexos ao presente projeto de deliberação e que dele fazem parte integrante, deliberando igualmente, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 124.º do CPA dispensar a audiência dos interessados, atento ao seu elevado número e proceder, ao invés, à consulta pública através da publicitação do documento no sítio institucional da ANA,SA, devendo os interessados apresentar os seus comentários no prazo de 10 (dez) dias a contar da publicação do respetivo tarifário. "

2- A *supra* referida deliberação com o sentido provável da deliberação final foi publicitada no sítio institucional da ANA, SA com o endereço eletrónico www.ana.pt em 21 de janeiro de 2019. Não foram apresentados comentários por interessados, no âmbito da consulta pública que decorreu e cujo prazo terminou no dia 4 de fevereiro de 2019.

3- Assim sendo, de acordo com o disposto nos artigos 94º, 114º, 127º e 128º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), reiteram-se o teor e os fundamentos constantes do projeto de deliberação de 11 de janeiro de 2019, aprovando-se os quantitativos da taxa de estacionamento, a aplicar em 2019, nos parques de estacionamento e nas zonas dedicadas à largada e tomada de utentes existentes nos aeroportos da ANA, SA, conforme documentos anexos à presente deliberação e que dela fazem parte integrante.

4- Para os devidos efeitos, a presente deliberação final deve ser notificada aos notificandos por edital, tal como previsto na alínea d) do n.º 1 do artigo 112.º do CPA, atendendo a que os mesmos são incertos e/ou de paradeiro desconhecido, devendo a mesma considerar-se efetuada no dia em que o edital seja publicado no sítio institucional da ANA, SA ou afixados, consoante o que ocorrer em último lugar, tal como previsto no n.º 8 do artigo 113.º do CPA.



Francisco Vieira Pita
Vogal da Comissão Executiva



Thierry Ligonnière
Presidente da Comissão Executiva